

SÚMULA DA MATÉRIA (*)

Acabou de ser acordado entre o Governo e o Banco Mundial um empréstimo para um projecto florestal a desenvolver no nosso País. A parte essencial desse projecto consiste na florestação de 150000 ha.

Trata-se dum grande empreendimento cujos primeiros passos remontam já a 1977/78. E é o próprio facto de ter uma grande envergadura que justifica uma reflexão atenta, que até agora infelizmente, tem faltado.

O projecto prevê um plano quinquenal¹⁹⁷⁷⁻¹⁹⁸¹ de arborização através da utilização de espécies de rápido crescimento em 136500 ha (especialmente pinheiros e eucaliptos em revoluções curtas) e outras folhosas em 13500 ha. O modelo adoptado tem por objectivo a produção de material lenhoso para as indústrias de celulose. As entidades com responsabilidade na florestação são a Direcção-Geral de Fomento Florestal (90000ha) e a Portucel (60000 ha).

O projecto engloba a manutenção ~~a manutenção~~ das estradas (8.600 Km) e a manutenção da rede de protecção contra os fogos (4.300 Km);

O acordo estabelecido abrange, além do projecto de arborização, um "plano piloto de crédito para associações florestais" e a criação de um serviço de extensão florestal.

O financiamento deste plano, num total de 170 milhões de dólares só é coberto pelo Banco Mundial em 30%. Mas com ele vem o encargo de serem alteradas as leis dos baldios, do arrendamento rural e da reforma agrária.

(*) O desenvolvimento de algumas questões subjacentes ao projecto de florestação pode ser apreciado num artigo publicado no nº25 da revista "Economia - EC" agora posto à venda.

O objecto deste colóquio tem uma importância que o justifica: trata-se dum projecto do Banco Mundial para actuação de considerável envergadura no campo florestal em Portugal. Basta referir que o mesmo prevê a arborização de 150 mil hectares no próximo quinquénio em tais moldes que corresponde a um aumento da área de resinosas da ordem dos 7%, da área de eucaliptal de cerca de 25% e da área de castanheiro em 50%. Além disso está em causa a "extensão florestal" e uma hipótese de crédito-piloto para associações florestais.

Seria normal que um projecto de tal envergadura fosse considerado nos seus múltiplos aspectos por um bom número de profissionais numa perspectiva pluridisciplinar. Estão, efectivamente, em causa vários problemas e opções, que assentam basicamente no modelo de desenvolvimento em que assenta o projecto, o que tem necessariamente a ver com a composição da floresta portuguesa, com a sua racional exploração, com o parque industrial, com as perspectivas de mercado, com o nível de emprego, com o impacto ambiental de iniciativas de vulto como esta.

Ora, apesar de este projecto ter sido iniciado em 1977, a verdade é que a conclusão da assinatura do empréstimo pelo Banco Mundial foi precipitada nos últimos meses em termos que deixam a desejar. É, efectivamente, incompreensível que um tal projecto seja acordado por um pequeno grupo de pessoas sem que tenha havido até agora a iniciativa oficial de abordagem responsável e aberta da sua problemática.

Por isso, mesmo, e pela ~~importância~~ consciência da importância duma arborização em grande escala, um grupo pluridisciplinar de profissionais florestais que se mantém atento à problemática nacional dedicou a este assunto considerável atenção. E depois de estudá-lo com rigor, concluiu da necessidade de estabelecer o diálogo em termos silvícolas, económicos, ecológicos, enfim, em termos científicos - não com o objectivo de contestar a iniciativa, mas de apreciar criticamente o modelo adoptado, o qual terá fortes repercussões (positivas ou negativas) no plano económico e social.

Foi essa proposta que apresentamos à Direcção da APF que nos pareceu ser uma entidade naturalmente interessada por este tipo de problemas. Em boa hora a proposta foi aceite - pelo que aqui desejamos publicamente manifestar o nosso reconhecimento e regozijo.

Criaram-se, assim, pela conjugação de esforços diferentes, condições para ser feita uma apreciação construtiva do projecto de florestação, numa perspectiva pluridisciplinar, naturalmente dominada pela defesa dos interesses do nosso país.

Acresce que estamos agora em condições de o fazer desapassionadamente, porque foram já fornecidos elementos de base e de reflexão pelo mesmo grupo que promoveu o colóquio, através da publicação dum artigo em revista da especialidade.

Mas, além disso, estamos agora em condições de discutir os problemas na base tecnico-científica que aqui se deseja fazer, uma vez que a sua abordagem numa óptica politico-partidária já teve lugar na Adsembleia da República.

Não temos por objectivo tirar conclusões formais deste colóquio. Mas seguramente que o que aqui se disser não poderá deixar de ser tido em conta pelas entidades que tenham responsabilidade nesta matéria, e que, de resto, foram convidadas para o colóquio.

Esperamos que o tipo de organização deste colóquio corresponda efectivamente à necessidade que ditou a iniciativa. E assim daremos todos um positivo contributo para a melhor utilização dos recursos que venham a ser postos ao serviço da florestação em Portugal.

Victor Louro

17.7.80